

Gláucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre **Inclusão 2**



Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805 1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série. CDD 361.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6371928051	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
DOI 10.22533/at.ed.6371928052	
CAPÍTULO 3	23
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928053	
CAPÍTULO 4	31
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
DOI 10.22533/at.ed.6371928054	
CAPÍTULO 5	37
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6371928055	
CAPÍTULO 6	52
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6371928056	

CAPÍTULO 7	64
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928057	
CAPÍTULO 8	76
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.6371928058	
CAPÍTULO 9	84
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6371928059	
CAPÍTULO 10	94
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire	
Francileide Batista de Almeida Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.63719280510	
CAPÍTULO 11	105
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva,	
Fernanda Araújo Tavares Sabino	
Alice Lima da Silva	
Thayná Souto Batista	
Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.63719280511	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira	
Isandra de França Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.63719280512	

CAPÍTULO 13	122
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva	
Samilly dos Santos Bernardo Luis	
Joel Nunes De Farias	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
Nadjeana Ramalho da Silva	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Elenith Jussier de Lima Silva	
Ivanildo Severino da Silva	
Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.63719280513	
CAPÍTULO 14	134
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf	
José Guillermo Reyes Rojas	
DOI 10.22533/at.ed.63719280514	
CAPÍTULO 15	142
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza	
Fernando Rodrigues Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280515	
CAPÍTULO 16	152
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280516	
CAPÍTULO 17	163
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda	
Eliza Ribas Gracino	
Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro	
Sani de Carvalho Rutz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63719280517	
CAPÍTULO 18	178
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida	
Daniel González González	
DOI 10.22533/at.ed.63719280518	

CAPÍTULO 19	187
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva Allan Kardec Alves da Mota Karla Janaina Barbalho Maciel Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280519	
CAPÍTULO 20	199
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280520	
CAPÍTULO 21	210
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280521	
CAPÍTULO 22	215
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana Elidiane Lemos do Nascimento Michele Santana de Oliveira Elisnando Correia Ferreira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280522	
CAPÍTULO 23	226
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio Stenio de Brito Fernandes Geraldo Mendes Florio Magnólia Maria Oliveira Costa Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280523	
CAPÍTULO 24	236
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida Judith Perez Ferreira Pedro Humberto Faria Campos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280524	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	248

A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO

Alexandre Ribeiro da Silva

CEJA Luzia Araújo de Freitas

Tauá - Ceará

Geandra Claudia Silva Santos

Universidade Estadual do Ceará

Tauá - Ceará

RESUMO: A Gestão Pedagógica no contexto escolar, tem como principais pilares o desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos atores sociais no processo de ensino-aprendizagem contribuindo de forma decisiva na transformação e melhoria da escola e da sociedade, estimulando a participação em prol do exercício consciente da cidadania e da cooperação e inclusão dos diversos segmentos da comunidade escolar. Neste sentido este artigo tem como objetivo discutir o processo de inclusão educacional de alunos cegos na escola de ensino médio na cidade de Tauá. O presente estudo é uma pesquisa qualitativa, que se aproxima de um estudo de caso, no qual obteve-se coleta de dados, por meio de pesquisa de campo, realizado com um aluno de uma escola de ensino médio, que possui cegueira em ambos os olhos. Foi constatado que a escola pesquisada se encontra em estágio inicial do desenvolvimento pedagógico considerado adequado para o processo de inclusão educacional de alunos deficientes

visuais. Além disso, foi percebido a necessidade da formação em gestão pedagógica em relação aos coordenadores em exercício e a ausência do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Pedagógica. Deficiência Visual. Ensino Médio.

ABSTRACT: Pedagogical Management in the school context has as main pillars the development of the skills and potential of social actors in the teaching-learning process contributing decisively to the transformation and improvement of school and society, stimulating participation in the conscious exercise of citizenship and the cooperation and inclusion of the various segments of the school community. In this sense, this article aims to discuss the process of educational inclusion of blind students in the high school in the city of Tauá. The present work is a qualitative research, which approximates a case study, in which a data collection was obtained, through field research, carried out with a student of a secondary school, who has blindness in both eyes. It was verified that the studied school is in an initial stage of pedagogical development considered adequate for the process of educational inclusion of visually impaired students. In addition, it was noticed the need for training in pedagogical management in relation to the coordinators in

exercise and the absence of the Specialized Educational Assistance (AEE).

KEYWORDS: Pedagogical Management. Visual impairment. High school.

1 | INTRODUÇÃO

A democratização da gestão escolar significa acreditar que todos juntos têm mais probabilidade de sucesso no alcance dos objetivos educacionais, seja da sociedade, seja de cada indivíduo. Esta prática deve proporcionar uma transformação nos ambientes escolares desde os ideais de educação de qualidade a concepção de cidadania. Compreende-se que uma escola democrática não concebe que pessoas com deficiência sejam ignoradas nos seus direitos de cidadãos ou não tenham o mesmo direito de aprender conjuntamente com outros alunos.

É notório que conjunto de leis implementadas pela atual Constituição Brasileira associado às mudanças científicas e tecnológicas contribuíram para uma significativa transformação na condição das pessoas com deficiência, que passam, segundo a lei, a ser concebidas, nos últimos anos, como cidadãos plenos de direito. No que concerne à educação, a LDB nº9.394/96, em seu título II, Art 2º, ressalta:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 1).

Preceitua ainda a LDB, em seu Capítulo V, Artº 58 e 59, que “(...) deve haver quando necessário, serviço de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial,” garantindo aos educandos com necessidades educacionais especiais “(...) currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender às suas necessidades” e “(...) professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como Professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p.55).

Em 2008, o Ministério da Educação instituiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, este documento consolida a oferta do que já foi defendido na constituição e na LDB, do qual tem como princípios os direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. A Educação Especial com seu viés inclusivo vem provocar uma transformação nas instituições escolares em âmbito estrutural e cultural, possibilitando a escola e a sociedade a viver e conviver com o diferente, e a esse *diferente* uma vida digna com todos seus direitos, assegurando entre eles, a educação.

Sendo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva um documento, que se tornou um divisor de águas para os avanços educacionais das pessoas com deficiência, pois essa política,

[...] tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2007, p.8)

Para que os alunos com deficiência tenham suas especificidades atendidas, a Educação Especial e Inclusiva, deve organizar e garantir a efetivação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que complementa ou suplementa o desenvolvimento da escolarização desses alunos. O AEE possibilita o planejamento de atividades e o acesso aos recursos didáticos para que os alunos com deficiência tenham êxito na sua trajetória escolar.

É importante que, como educadores, consideremos a gestão pedagógica como peça-chave na busca por uma escola inclusiva e na construção de caminhos para a implementação desse projeto tão fundamental para a garantia da cidadania de jovens e adultos com deficiência visual, como também de suas famílias. Vencer o preconceito é o primeiro desafio a ser cumprido, as mudanças estruturais e curriculares, surgirão a partir daí.

A escolha da temática da pesquisa e as contribuições aqui feitas partem do princípio das experiências adquiridas ao longo da carreira pedagógica e profissional do pesquisador, na área da Educação Especial, como também das experiências acumuladas ao longo de sua vida, devido possuir deficiência visual (retinose pigmentar) desde os seis anos de idade.

Com estas reflexões a problemática de nossa pesquisa interroga: quais as contribuições que a gestão pedagógica faz ou realiza em prol da inclusão dos alunos cegos? Definimos como objetivo geral analisar a gestão pedagógica e o processo de inclusão escolar de alunos cegos nas Escolas de Ensino Médio na cidade de Tauá, percebendo os avanços da gestão pedagógica como agente de articulação, formação e transformação nos ambientes escolares. Os objetivos específicos são: Analisar os limites, desafios e potencialidades que a gestão pedagógica encontra na inclusão das pessoas com deficiência visual; investigar como a gestão pedagógica vem promovendo a acessibilidade de alunos cegos junto à sua comunidade escolar; e perceber as concepções da gestão escolar em relação ao processo de inclusão do aluno.

A bibliografia que fundamenta a pesquisa está estruturada em três grandes temas Gestão Pedagógica, deficiência visual e inclusão escolar. E utilizaremos como literatura consultada as obras de Haguette e Martins; Nascimento; Sátiro, Glat; Mantoan; Matos; Gorzoni e Davis; Schon; Lüdke e André; Sousa, Braga; Sassaki; Nóvoa; Mazzota; Stainbanck; Karagiannes; Figueiredo; Rodrigues; dentre outros autores.

2 | METODOLOGIA

Para a realização do estudo, a pesquisa de campo desenvolvida aproxima-se de

um estudo de caso, fundamentada no viés qualitativo, a opção por esta abordagem tem como base o princípio de valorização do contato com a realidade aqui discutida. Sendo que, o estudo de caso, mostrou-se a opção metodológica mais próxima aos objetivos desse trabalho. Além disso, conforme Lüdke e André, (1986: 23)

O estudo de caso qualitativo encerra um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola. Ao retratar o cotidiano escolar em toda a sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade.

Durante a pesquisa foram realizadas entrevistas com os gestores pedagógicos e um aluno de uma escola pública, a fim de conhecer como é desenvolvido o trabalho da gestão pedagógica diante o processo de inclusão de alunos cegos.

Inicialmente, a investigação seria desenvolvida em dois estabelecimentos de ensino que passam pelo processo de inclusão educacional de alunos cegos no município de Tauá, no entanto, a nossa pesquisa se deu em apenas em um dos estabelecimentos, pois, durante o período da coleta de dados, não conseguimos localizar o aluno pertencente a uma das escolas, do qual não poderemos confrontar com os relatos dos gestores pedagógicos.

Para realização da pesquisa, fizemos o levantamento das escolas que têm alunos cegos matriculados. Assim, foram detectadas duas escolas, das quais uma delas foi utilizada como objeto de investigação deste trabalho. Para a realização da investigação, contamos com a participação de dois gestores pedagógicos e um aluno cego. Aplicamos entrevistas semiestruturada com todos os participantes, que concordaram em contribuir espontaneamente, por meio da assinatura de documento de termo de consentimento livre e esclarecido. Buscamos com a entrevista saber quais as dificuldades enfrentadas pelos alunos cegos em seu processo de inclusão, assim também identificar os limites e desafios da Gestão Pedagógica diante a este processo.

A análise de dados foi realizada a partir da transcrição de todas as entrevistas onde construímos este trabalho em um esquema de perguntas e respostas com as suas respectivas análises.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram pesquisados dois gestores pedagógicos da escola que acompanham de forma direta o processo de inclusão educacional do aluno cego. O instrumental de entrevista utilizado foi estruturado em três perspectivas: o perfil do participante com perguntas da formação profissional, as concepções sobre o papel da Gestão Pedagógica, sobre educação inclusiva e a inclusão escolar de alunos com deficiência e um roteiro de entrevista sobre a função do gestor pedagógico tendo em vista os limites e desafios da inclusão escolar do aluno cego.

Em alusão ao caráter ético e anônimo da pesquisa não identificaremos os nomes dos gestores e aluno pesquisado, somente daremos letras para nortear a identificação aleatória dos entrevistados, sendo gestor pedagógico A e B e Aluno.

O entrevistado A possui Formação Inicial de Licenciatura em Pedagogia e Letras (Português), bacharelado em Direito, com Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Africana. Não possui formação específica em Gestão Pedagógica e Educação Especial ou na área de Inclusão. Atua no magistério há oito anos com experiência em sala de aula comum com alunos deficientes incluídos e tem dois anos de experiência como coordenador pedagógico. Seu ingresso no magistério se deu por meio de concurso público e na Coordenação Pedagógica, atua como função gratificada.

No que diz respeito ao perfil do entrevistado B, possui Formação Inicial em Licenciatura Plena em Pedagogia com Especialização em Psicologia Aplicada à Educação, bem como Educação à Distância: Fundamentos e Ferramentas. Possui dois cursos de formação na área de educação especial e inclusiva: Procedimentos Básicos para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e curso de Educação Inclusiva. Não tem formação específica na área de Gestão Pedagógica. Atua no magistério há dez anos com experiência em sala de aula comum com alunos deficientes incluídos e tem dois anos e três meses como coordenador pedagógico. Ingressou na carreira do magistério por meio de Concurso Público.

Percebemos nos perfis dos entrevistados que ambos possuem em sua formação inicial, cursos de licenciatura, experiência de magistério em mais de 08 anos, tendo como alunos deficientes incluídos, no entanto, não possuem especialização em gestão pedagógica, nem educação especial. Apenas um dos entrevistados possui cursos de aperfeiçoamento na área de educação inclusiva, acreditamos, que mesmo com a vasta experiência no magistério, para atuar como Gestor Pedagógico é necessária formação específica, para entender a dinâmica político-pedagógico que esta função necessita.

ENTREVISTAS COM A GESTÃO PEDAGÓGICA

No que concerne às concepções sobre o papel da gestão pedagógica na escola o entrevistado A argumentou que é:

“Planejar, supervisionar e avaliar o processo de ensino aprendizagem.”
(Entrevistado A)

Enquanto B, definiu como:

“Coordenar os processos pedagógicos no ambiente escolar de forma articulada e democrática com os professores e gestão como todo, bem como contribuir para à formação continuada dos docentes.” (Entrevistado B)

No que diz respeito à concepção do papel da Gestão Pedagógicas, Piletti (1998 *apud* SOUZA; BRAGA, 2013, p. 52-53):

- Acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- Fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- Promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade, no sentido de melhorar ainda mais o processo educativo; e Especialização em Gestão Pedagógica da Escola.
- Estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

Neste sentido, os entrevistados possuem concepções assertivas da função da Coordenação Pedagógica, demonstrando que mesmo não tendo formação específica para o cargo, possuem propriedade satisfatórias aos objetivos.

O questionamento sobre as concepções de educação inclusiva, o entrevistado A argumentou:

“Uma educação que consiga incluir todas as pessoas, de qualquer etnia, gênero, classe social, independentemente de ter necessidades especiais ou não. ” (Entrevistado A)

E o entrevistado B, expressou que:

“É o processo de acolhida de todos os educandos no ambiente escolar, respeitando seus direitos, suas especificidades, necessidades, orientação, crenças e valores pessoais, de modo que todos aprendam e convivam juntos. ” (Entrevistado B)

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, nº 13.146 de 2015, em seu Art. 28, item II, a inclusão pode ser proporcionada a partir:

II – Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; (BRASIL, 2015, s/p)

Nessa perspectiva, os entrevistados entendem e reconhecem de forma correta a importância da diversidade social que deve existir na escola, onde a sala de aula é o locus primordial da inclusão e os alunos independentemente de qualquer etnia, gênero, classe social e deficiência, deverão aprender juntos respeitando seus direitos, suas especificidades, necessidades, orientação, crenças e valores pessoais.

De forma geral, Sassaki (1997 p. 164-165) observa que:

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias (SASSAKI, 1997 p. 164-165)

A inclusão escolar de alunos com deficiência deverá ocorrer de forma radical,

completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção devem frequentar as salas de aula do ensino regular (MANTOAN, 2006, p. 19). E no que se refere às concepções sobre a temática de inclusão escolar dos alunos com deficiência, os entrevistados A e B, responderam respectivamente:

“Um grande desafio! É preciso ainda muito investimento em recurso humano e material para a efetivação do direito à educação para todos!” (Entrevistado A)

“Apesar dos avanços na área da educação especial e inclusiva, percebo, essa pauta ainda não é prioridade em nossas escolas e no sistema educacional.” (Entrevistado B)

Ambos os entrevistados consideram a inclusão da pessoa com deficiência como um grande desafio, comentando a falta de recursos e a carência dos investimentos em estrutura e formação profissional, demandando deles a buscarem formação por meio de recursos próprios, pois, os fornecidos são insuficientes, em especial, para a educação inclusiva, fragilizando ainda mais a permanência das pessoas com deficiência na escola.

Especificamente, as políticas públicas para a formação de professores em exercício, por exemplo, são insuficientes, obrigando os profissionais, muitas vezes, realizarem cursos aligeirados e pagos. No sentido da formação dos servidores da escola como todo, não existe formação para o acolhimento destes alunos. É preciso refletir sobre a escola como espaço de formação e desenvolvimento de todos os alunos, mas ainda não há formação adequada, estrutura física e condições para que eles permaneçam e tenham êxito na sua trajetória acadêmica.

No roteiro de entrevista também elencamos sete perguntas que competem diretamente na função do Gestor Pedagógico, tendo em vista os limites e desafios da inclusão escolar do aluno cego. A primeira pergunta corresponde a “Quais ações são realizadas pela Gestão Pedagógica para o processo de inclusão educacional de alunos cegos neste estabelecimento de ensino?” Obtivemos como resposta dos gestores A e B respectivamente:

“Formação dos professores através de palestras e oficinas com professores cegos; parceria com outras instituições de ensino.” (Entrevistado A)

“Momentos de formação continuada; Oficinas envolvendo o tema inclusão de deficientes na escola regular; Palestras; Momentos formativos com o aluno deficiente visual como alfabetização em braile; e Acompanhamento psicológico e social do aluno.” (Entrevistado B)

Esses esforços realizados pelos docentes são de extrema importância pois:

O diálogo entre os professores é fundamental para consolidar os saberes resultantes, emergentes da prática profissional. Mas a criação de redes coletivas de trabalho constitui, também, um fator decisivo de socialização profissional e de

afirmação de valores próprios da profissão docente. O desenvolvimento de uma nova cultura profissional dos professores passa pela produção de saberes que deem corpo a um exercício autônomo da profissão docente (NÓVOA, 1992, p. 26).

Percebemos, por meio das respostas elaboradas, as iniciativas proporcionadas pelos gestores pedagógicos, mesmo apenas um dos gestores possuindo um curso de qualificação em Educação Especial, os profissionais buscaram, através de redes coletivas de trabalho por meio de parcerias interinstitucionais, subsídios que proporcionaram a realização de oficinas, palestras, minicursos e instruções psicossociais para o melhor desenvolvimento nos trabalhos educacionais junto ao aluno com necessidades educacionais especiais. Isso demonstra iniciativa para a diminuição das barreiras atitudinais e pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência visual.

As barreiras à inclusão escolar devem ser enfrentadas pelos agentes educacionais, pois elas representam impedimentos de acesso ao direito à educação, conforme conceitua a Lei Brasileira de Inclusão – LBI nº 13.146 de 2015, em seu Art. 3º, item IV:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (BRASIL, 2015, s/p).

Em segundo lugar solicitamos que os Gestores Pedagógicos A e B respectivamente comentassem sobre “os limites e desafios enfrentados pela Gestão Pedagógica para o processo de inclusão dos alunos cegos: ”

“Dificuldade enfrentada pelos professores e colegas de aula do aluno cego para aprender braille.” (Entrevistado A)

“Pouca experiência na área; Ausência de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na instituição; Cultura ainda presente entre os servidores de modo geral, de que o aluno deficiente precisa de uma escola especial para o atendimento às suas necessidades; Preconceito; Falta de conhecimento e acomodação na busca destes, entre servidores de modo geral; Outras prioridades; Ausência de políticas de formação continuada; e Um volume grande de atividades, nas quais momentos de formação ficam prejudicados.” (Entrevistado B)

A partir das falas percebemos a ausência do suporte específico do AEE, do qual direcionaria de forma exitosa o desenvolvimento de habilidades específicas para o melhor direcionamento dos trabalhos junto a pessoa com deficiência e os demais profissionais da escola, este atendimento seria responsável por apresentar o sistema Braille ao aluno cego e conseqüentemente faria as transcrições do material impresso para esse sistema, quando houver demanda junto aos professores (BRASIL, 2008, 2009).

Além dessas contribuições o AEE seria responsável pela articulação intersetorial, tendo como princípio a valorização da existência da diversidade e conseqüentemente a diminuição das barreiras que travam o processo de ensino aprendizagem, diminuindo os preconceitos e aumentando os esclarecimentos sobre a importância da inclusão na escola e em todo o seu funcionamento contribuindo a partir de formação e trocas de experiências (BRASIL, 2008).

Na terceira interrogativa solicitamos aos entrevistados A e B, respectivamente, que comentassem: “Durante o ingresso do aluno cego neste estabelecimento de ensino foi realizada alguma formação em serviço com professores e funcionários para o melhor processo de inclusão dele?” O entrevistado A respondeu que:

“Sim! Foi realizada uma conversa com os professores e servidores técnico-administrativos, mostrando inclusive algumas instruções sobre como ajudar o aluno cego na locomoção e no dia-a-dia da sala de aula. Para esta conversa, foi convidado um professor de Geografia da Rede estadual de Ensino que é cego para dar algumas instruções para os presentes. Houve também dois dias de formação para os professores.” (Entrevistado A)

E o entrevistado B argumentou:

“Sim. Tivemos diversos momentos de formação para o acolhimento do aluno deficiente visual, tais como: Oficinas e palestras, Visitas nas instituições e escolas que trabalham com a inclusão de deficientes, a fim de traçar possibilidades e alternativas para a inclusão do mesmo; Trabalho de orientação coordenado pelo professor Alexandre Ribeiro, sobre: orientação e mobilidade, braille, uso de sorobã, além de outros.” (Entrevistado B)

A partir dos comentários é notório a preocupação da equipe pedagógica e dos professores, em participarem de formações que potencializaram as suas práticas pedagógicas, em relação a inserção do aluno com deficiência naquele estabelecimento de ensino, pois a formação oportunizou trocas de experiências, como também reflexões que pudessem contribuir diretamente no trabalho docente, tendo em vista que:

[...] não é transmitir-lhe apenas receitas, não é ensinar-lhes simplesmente um trabalho de rotina. Formar um educador é essencialmente, permitir-lhe aperfeiçoar-se, evoluir, adaptar-se às novas situações que virão a ser impostas pela civilização de amanhã. [...] O educador deve estar essencialmente aberto a todos os progressos, não apenas da pedagogia e da técnica contemporânea. A necessidade de cultura geral para o educador é incontestável, e é condição fundamental para que possa progredir (MIALARET, 1974 *apud* MAZZOTA, 1993, p.34).

No que diz respeito “às articulações interssetoriais, no âmbito da escola e externamente, que a Gestão Pedagógica vem realizando para viabilizar a permanência do aluno cego na escola”, os entrevistados A e B respectivamente responderam:

“Desenvolvem ações articuladas dentro do Campus: o Departamento de Ensino, a Coordenação Técnico-Pedagógica, Assistência Estudantil e o NAPNE. Externamente, o Campus conta com o apoio do professor Alexandre Ribeiro, da Rede estadual de Ensino.” (Entrevistado A)

“Nossas ações são articuladas com o Núcleo de Assistência a Pessoas Específicas do IFCE-Tauá Campus Fortaleza – NAPNE, com o Núcleo de Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE do município de Tauá, Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Pimenta.” (Entrevistado B)

Podemos perceber a existência de parcerias com instituições na cidade de Fortaleza, como também no próprio município, no entanto, os entrevistados não comentaram as ações que foram realizadas em cada uma delas e se essa parceria é mantida de forma constante sendo acompanhada pelas demais, buscando informações ou trocas de experiências permanentes tendo em vista a inexistência do AEE.

Em relação à comunidade escolar, os entrevistados A e B, ao serem questionados sobre as “mudanças ocorridas a partir da inclusão do aluno cego”, responderam respectivamente:

“Mais sensibilidade por parte das pessoas para com a necessidade de inclusão.” (Entrevistado A)

“Muitas mudanças têm ocorrido no âmbito interno da instituição. Destacamos algumas: 1) Envolvimento dos docentes e servidores na inclusão de alunos com deficiência como: cuidado com obstáculos, atitudes e barreiras que venham a dificultar o acesso, permanência e bem-estar na instituição. 2) Mudanças físicas; Adesão de materiais adaptados e de tecnologia assistiva; 3) procura constante no setor pedagógico pelos docentes com objetivo de orientação pedagógica, sobre metodologias e atividades, que contemplem de forma inclusiva às necessidades desta demanda na escola; 4) Momentos frequentes de palestras, oficinas e formação, a fim de conhecer metodologias e didáticas específicas.” (Entrevistado B)

Em primeiro lugar, os dois entrevistados enfatizaram a sensibilização pró-inclusão ocorrida a partir do ingresso do aluno cego, a diminuição da barreira atitudinal ao acesso do aluno com deficiência nos diversos ambientes da escola, adaptações curriculares de pequeno porte como busca de metodologias e materiais adaptados para atender suas necessidades educacionais especiais. Entende-se como Adaptações Curriculares de Pequeno Porte ou Adaptações Não Significativas, segundo BRASIL (2000, p. 08):

[...] são modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros coetâneos. São denominadas de Pequeno Porte (Não Significativas) porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica (BRASIL, 2000, p. 08)

E por fim a busca de “formação em serviço para compreender como melhor promover a inclusão educacional desse aluno”. No entanto, faltaram informações complementares sobre as tais formações, se as mesmas ainda ocorrem ou foram promovidas somente no período de ingresso do aluno. Ressaltamos a valiosa relação que o processo de inclusão vem causando na comunidade escolar, pois:

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência, tem a oportunidade de preparar-se para a vida em comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados para a paz social (KARAGIANNES, STAINBACK E STAINBACK. 1999. p. 22)

E por último perguntamos aos entrevistados o que eles consideram “importante no papel da gestão pedagógica para efetivação do processo de inclusão do aluno cego”. Seguem as respostas dos coordenadores A e B, respectivamente:

“Conscientizar sobre o direito de todos à educação; direcionar formação para os docentes, buscar metodologias de ensino inclusivas.” (Entrevistado A)

“O papel da gestão pedagógica é de suma importância para o processo de inclusão dos alunos com necessidades específicas nas salas de aulas comuns. Um dos fatores importantes é a promoção de momentos de formação continuada dos docentes na escola. Através desta, os professores alargam seus conhecimentos a partir de seu próprio contexto escolar, contribuindo para o acolhimento, aprendizagem e desenvolvimento destes alunos. Outro fator importante é o trabalho intersetorial com outras instituições, a fim de conhecer outras experiências e outros ambientes nos quais trabalham a inclusão. Citamos ainda, a orientação pedagógica feita de forma constante pela coordenação pedagógica, de acordo com a procura dos docentes e nos momentos de formação e estudo, feitos pelo setor pedagógico do campus.” (Entrevistado B)

Os entrevistados, mesmo não possuindo a formação específica em Gestão Pedagógica, foi possível perceber a compreensão da função do cargo que é formar, articular e transformar. Em relação a esta resposta e a outras já anteriormente comentadas, é notório que fazem articulações internas e externas, promovem formações que contribuem diretamente na mudança da comunidade escolar em prol da pessoa com deficiência, nos aspectos de sensibilização, acessibilidades e adaptações de pequeno porte.

Possivelmente, existe a boa vontade por parte dos gestores pedagógicos em mobilizar instrumentos que possibilitem a inclusão deste aluno, porém, faltam dispositivos essenciais para isto, como por exemplo, o AEE (Atendimento Educacional Especializado), a Sala de Recurso Multifuncional tipo II, como também adaptações de grande porte na estrutura da escola, pois, não percebemos nas falas a existência de caminhos táteis.

Segundo Brasil (2000, p. 10):

As Adaptações Curriculares de Grande Porte, ou seja, daqueles ajustes cuja implementação depende de decisões e de ações técnico-político-administrativas, que extrapolam a área de ação específica do professor, e que são da competência formal de órgãos superiores da Administração Educacional Pública.

Em relação a esta última observação, em visita aos estabelecimentos de ensino, durante a realização das entrevistas, percebemos a existência de rampas e elevador,

mas nenhuma sinalização de indicadores táteis, para que o aluno possa usufruir de forma autônoma e independente dessas adaptações, pois, do que adianta existir tais equipamentos (elevador e rampa) se não conseguem se locomover até eles?

A seguir iremos discutir as concepções do processo de inclusão educacional deste estabelecimento de ensino na perspectiva do aluno.

4 | ENTREVISTA COM O ALUNO CEGO

O aluno entrevistado tem 16 anos de idade e cursa o 1º ano do Ensino Médio, possui deficiência visual há um ano, consequência de um descolamento de retina e possui apenas percepção luminosa. Durante o processo de perda da visão teve seus estudos interrompidos por um ano, em função das cirurgias e readaptações, retornando, em março de 2018, aos estudos e se matriculando na instituição pesquisada.

O roteiro de perguntas teve como objetivo entender os efeitos das ações da gestão pedagógica em relação à inclusão do aluno cego. Tentamos utilizar perguntas o mais próximo da realidade e do cotidiano do educando para percebermos, por meio das falas, os graus de satisfação diante do processo de ensino aprendizagem e dos efeitos que vem causando sobre sua vida educacional.

A princípio perguntamos como foi o ingresso do aluno na escola no que diz respeito aos colegas, professores e à direção, para identificarmos o grau de interação social dele. E ele assim mencionou:

“Foi boa. E, a recepção que eu tive, tipo, quando eu cheguei aqui eu me senti muito amado pelas pessoas.” (Aluno cego)

A segunda pergunta respondida, foi sobre se ele tinha amigos na escola:

“Sim, eu tenho um grupo definido, são sete, assim, são oito, as pessoas mais próximas, mas tipo, geralmente, é, incluem outras pessoas, tipo, tem dia que tem alguém, tem dia que não tem sabe!?! Mas essas oito pessoas sempre tão comigo.” (Aluno cego)

Nesta fala é notório que ele tem uma boa relação social onde $\frac{1}{4}$ (um quarto) da turma que frequenta tem afinidades de amizade com ele, porém, esta ação poderia ser bem maior, haja vista, que são trinta e dois colegas, o mesmo não deveria estar restrito apenas a esse grupo de afinidades, uma vez que o processo de inclusão é: aprender com todos.

Segundo Forest e Pearpoint (1997) *apud* Figueiredo (2010):

[...] o processo de inclusão escolar envolve, justamente, aprender a viver com o outro e cuidar uns dos outros. Implica a valorização da diversidade, pois na comunidade humana não há como se exigir padronizações, igualdades.

A inclusão educacional sendo um dos eixos norteadores de nossa pesquisa,

resolvemos perguntar ao aluno a sua compreensão sobre a temática:

“Acho que sim. Seria tipo incluir alguém que tem alguma deficiência física ou psicológica na educação de forma que ela possa aprender e entender.” (Aluno cego)

Percebemos na fala do aluno a consciência do significado da palavra inclusão educacional, pois supõe o acolhimento de todas as pessoas de forma ativa e participativa diante o processo de ensino e aprendizagem, independente da deficiência, gênero, etnia, religião e as demais parcelas que formam a nossa sociedade. Como também comenta Torga (1948 *apud* RODRIGUES, 2006, p. 301-302):

O conceito de inclusão no âmbito específico da educação implica, antes de mais nada, rejeitar, por princípio, a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno para a formação de um conhecimento construído e partilhado – e, desta forma, atinge a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação.

Analisando o conhecimento do aluno sobre os colaboradores responsáveis diretamente pelo seu processo de inclusão, questionamos se ele tinha ciência dos nomes dos gestores pedagógicos da escola, sendo que dos nomes citados pelo aluno, apenas uma era compatível com os dois entrevistados por esta pesquisa.

Perguntamos ao aluno entrevistado se existem materiais adaptados para atender às suas necessidades educacionais:

“Sim, dependendo da aula, eles levam sim. Tem um Professor, ele usa o Plano Cartesiano Tátil. E ele usa os ‘pininhos’ com as letras e os números em Braille. O Professor é de matemática. O professor de Educação Física tenta fazer atividades que eu possa participar, sim, ele faz. E assim, em relação a adaptações os outros professores eles descrevem algumas coisas visuais também, tipo, ah, eu esqueci de falar também, a professora de sociologia, ela leva também muita coisa assim em relação a deficientes visuais, tipo, é, vídeo auto descritivo.” (Aluno cego)

A partir da resposta do aluno podemos perceber alguns impactos das formações, palestras e parcerias interinstitucionais firmadas pela Gestão Pedagógica, como também, os esforços que os professores fazem de adaptar materiais, tendo em vista que não possuem orientação do Atendimento Educacional Especializado, embora o aluno tenha mencionado uma quantidade pequena de professores da escola.

Por fim, perguntamos se a sua escola possui acessibilidade arquitetônica como: rampas, linhas táteis, indicação nas portas, dentre outros?

“Sim, acho que sim, a linha tátil não, mas só que tem as plaquinhas de Braille na escada, que informa o fim e o começo da escada.” (Aluno cego)

A resposta do aluno confirma as nossas afirmações antes comentadas e observadas, existem adaptações, no entanto, não são organizadas e articuladas,

mesmo havendo elevadores e rampas, não possui uma malha de linhas táteis para direcionar o percurso em todo o campus, dificultando a localização geográfica do aluno no espaço escolar.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gestão Pedagógica, configura-se como prática em processo contínuo de construção, onde, sobre ela paira a articulação, formação e a transformação do fazer pedagógico nas escolas, tornando-se indispensável para a inclusão educacional de alunos com deficiência, pois, tem como papel primordial fazer a articulação intersetorial, a formação para o trabalho com as diferenças e a transformação social de uma dada comunidade.

Para que a escola consiga atingir o objetivo de educar as pessoas com deficiência visual, a gestão pedagógica deverá intermediar os caminhos para a acessibilidade, diminuindo as barreiras atitudinais e pedagógicas, promovendo em conjunto com os professores e os demais profissionais, adaptações curriculares que potencializem as habilidades individuais dos alunos.

Para intermédio da Gestão Pedagógica e do trabalho docente faz-se necessário a participação do AEE, que tem como objetivo implementar atividades complementares e suplementares por meio de recursos de acessibilidades que possibilite a formação do aluno com deficiência, traçando estratégias que venham diminuir as barreiras para o seu melhor processo de inclusão educacional e social.

Podemos considerar que esse estudo conseguiu atingir de forma parcial os objetivos propostos, tendo em vista que, durante a realização da pesquisa não conseguimos aplicar a entrevista com um dos alunos cegos, pois o mesmo encontrava-se evadido da escola. Contudo na outra escola pesquisada constatamos que os profissionais que ocupam a função de Gestor Pedagógico têm ampla experiência no magistério, sendo licenciados em Pedagogia e tendo oportunidade de trabalhar em sala de aula com alunos com deficiência incluídos, trazendo para esta função (Gestor Pedagógico) uma ampla gama de experiências do fazer pedagógico em sala, possibilitando visões práticas do processo de inclusão educacional de alunos com deficiência.

Por fim, evidencia-se a necessidade da urgente qualificação de todos os profissionais da escola, implementação da Sala de Recursos Multifuncionais do tipo II, contratação de professor para assumir o AEE e prover a adequação por meio de caminho tátil e sinalização específica em todas as dependências da instituição.

Com isso, a educação inclusiva se tornará uma realidade, proporcionando não somente para o caso do aluno estudado, mas para todos que necessitem de recursos educacionais específicos, para o desenvolvimento dessas pessoas nos seus aspectos sociais, educativos e cognitivos, contribuindo, assim, na formação de cidadãos

participativos em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI n. 13.146, de 06 de jul. de 2015. **LBI**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasil. Brasil, p. 1-60, jul. 2015. Disponível em: <http://www.pcdlegal.com.br/lbi/wp-content/themes/pcdlegal/media/downloads/lbi_simples.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Projeto Escola Viva**: Adaptações Curriculares de Grande Porte. 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000448.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

EQUIPE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. Brasília: MEC, 2008.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Escola, Diferença e Inclusão**. Editora da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-Ceará. 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M.T.E.; ARAUJO, U.F. (coord.). **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? (Coleção cotidiano escolar: ação docente). 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTA, M. J. da S. **Educação Especial no Brasil**: história e política pública. São Paulo: Cortez, 2005.

NÓVOA, A. **Os Professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Instituto de Inovações Educacionais, 1992.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. São Paulo: Sammus, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão** - construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA< 1997.

SOUZA, G. M. de O.; BRAGA, G. G. de A. **Especialização em Gestão Pedagógica**: Gestão Pedagógica na escola. Fortaleza: UAB - UECE, 2014. 90 p.

STAINBACK, W.; STAINBACK, S. **Inclusão**: um guia para educadores. Editora ArtMed. Porto Alegre. 1999.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Glaucia Wesselovicz - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-363-7

